

Mamoru-Arapiuns: diagnóstico socioeconômico e ambiental

Resenha escrita por Thomas Ludewigs^a

^aProfessor Adjunto, Centro de Desenvolvimento Sustentável,
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
E-mail: tludewigs@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v7n2.2016.18785

RESENHA - DOSSIÊ

M.M. Tourinho; J.R.V. Gama; M.D.C. Palha; S.R.M. Santos; P.M. Mattar (orgs.) Mamoru-Arapiuns: Uma Região Amazônica em Disputa. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014. 229 p. ISBN 978-85-7295-088-6.

Como reverter o quadro de descaso do Estado brasileiro para com populações amazônicas tradicionais, que ocupam regiões ricas em recursos naturais e que tem sido, historicamente, objeto de exploração predatória por parte de atores econômicos externos? Este é o pano de fundo do livro organizado por Manoel Tourinho e colegas da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O foco é uma região de 1,3 milhão de hectares de terras não destinadas na qual se estão inseridos os vales dos rios Mamoru e Arapiuns. Situada na porção ocidental meridional do estado do Pará, e compreendida entre os rios Amazonas e Tapajós, a área objeto do estudo representa uma das mais recentes fronteiras de expansão capitalista no estado. Os autores argumentam que essa área é objeto da cobiça por parte daqueles que só pensam em usurpar as riquezas naturais locais, sem deixar coisa alguma para a população local.

O livro contém um diagnóstico ambiental e socioeconômico da ocupação da região. Foi feito em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLO), autarquia responsável pela gestão de florestas públicas estaduais e pelo planejamento, regulação e implementação de concessões de glebas florestais à iniciativa privada. Para tanto, o instituto promove o ordenamento territorial necessário para apoiar políticas de inclusão social das populações ribeirinhas.

O objetivo do livro é subsidiar políticas governamentais, em especial aquelas relacionadas à exploração dos recursos florestais. Entre os seus objetivos específicos incluem-se a descrição e análise das comunidades locais, de seus sistemas de uso da terra e de suas relações econômicas com o entorno. O livro propõe-se também a mapear os conflitos atuais e os possíveis impactos socioambientais ligados à política de concessões florestais e a propor medidas de mitigação e potencialização para impactos negativos e positivos, respectivamente.

Outro objetivo dos editores e autores foi o de realizar estudos para atender aos requisitos do licenciamento de glebas para concessões florestais à iniciativa privada (com base na Lei Federal Nº 11.284, de 2/3/2006). Essa sistemática de concessões foi a alternativa encontrada pelo governo do estado para frear a exploração ilegal dos recursos naturais e fomentar o desenvolvimento endógeno.

O livro é organizado da seguinte forma: a introdução apresenta os propósitos e o desenho da pesquisa,

enquanto os capítulos 1 e 2 descrevem o território de estudo, a sua geografia e história socioambiental, assim como as relações entre instituições locais e as suas contrapartes nos centros regionais (Santarém e Belém). Os capítulos 3 e 4 descrevem a população e o ambiente social nas comunidades de estudo, as suas organizações e instituições, dando atenção também aos sistemas produtivos agrícolas e à ecologia humana expressa nas tradições de uso da terra e traçando um paralelo com teorias de sistemas sociais e ecológicos. Os capítulos 5 e 6 oferecem diagnósticos detalhados dos recursos florestais e faunísticos, respectivamente, e de como eles são utilizados pelos moradores. O livro termina com um epílogo, que retoma as questões de apropriação de recursos discutidas na introdução e sintetiza os principais resultados do diagnóstico. No apêndice são incluídos mapas georreferenciados de uso da terra nas comunidades da área de estudo.

Os textos foram produzidos pelas equipes do Projeto Várzea e Projeto Bio-Fauna, ambos do Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISAHR) da UFRA, e do Instituto de Estudos Integrados do Cidadão da Amazônia (INEA), sediado em Santarém. A logística de campo necessária à realização da pesquisa é bastante complexa, em função das deficiências em infraestrutura, adversidades climáticas e de acesso problemático a bens e equipamentos.

Historicamente, a região amazônica tem sido alvo da exploração predatória de seus recursos naturais desde os primórdios da colonização portuguesa ao final do século XX, sem que houvesse contrapartida na forma de investimentos na região (Martins, 1997). Esse padrão de exploração teve início durante o primeiro grande ciclo econômico na região, no século XVII, centrado nas chamadas “drogas do sertão”, compreendendo espécies aromáticas (pau-rosa, cravo), plantas medicinais (salsaparrilha, copaíba) e alimentícias (castanha-do-pará, guaraná), que conquistaram rapidamente o mercado europeu. O uso destas matérias-primas havia sido observado entre as populações indígenas amazônicas e a sua extração comercial se deu a partir do conhecimento do manejo empregado por estas sociedades. O caráter predatório da extração e exportação das drogas do sertão se deu em função (i) da utilização de mão-de-obra indígena escrava; (ii) da ausência de qualquer critério de controle nos volumes explorados, levando frequentemente à exaustão dos recursos;¹ e (iii) da ausência de reinvestimento dos lucros obtidos, seja na cadeia produtiva, seja no desenvolvimento local.

O mesmo padrão predatório de exploração ocorreu em diversas sub-regiões amazônicas, nos ciclos econômicos que se seguiram, como o do cacau e o da borracha, ao longo do século XIX e início do século XX. A partir da década de 1960, teve início o ciclo de expansão mais recente, motivado por questões geopolíticas. Esse ciclo misto é composto principalmente pela exploração madeireira, mineral e pecuária, alimentado por investimentos em infraestrutura (rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, BR-364, hidrelétricas) e por incentivos fiscais concedidos pelo governo federal a investidores externos. Este ciclo mais recente caracteriza o avanço da fronteira agrícola na região denominada “arco do desmatamento”. Ele levou a intensas transformações sociais, econômicas e ambientais.

A teoria dos ciclos econômicos de expansão e retração em fronteiras agrícolas na Amazônia (ou boom and bust cycles) vem sendo utilizada por estudiosos há algum tempo como explicação para a persistência da pobreza em uma região tão rica como a Amazônia (Moran, 1982; Fearnside, 1986; Schneider et al, 2002). Segundo esta teoria, municípios amazônicos experimentam melhorias econômicas nos estágios iniciais da expansão da fronteira agrícola, motivadas especialmente pela grande oferta de recursos naturais e oportunidades de lucro. No entanto, a qualidade de vida tende a regredir à medida que os níveis de desmatamento avançam e os recursos chegam à exaustão. Na falta de investimentos significativos e a longo prazo em cadeias de produção e em capital humano, o progresso material inicial tende a se diluir e a desaparecer.

Recentemente, esta questão ganhou novo patamar de importância com a publicação dos artigos de Rodrigues et al (2009) e Celentano et al (2012) em periódicos internacionais de grande visibilidade. Os dois artigos corroboram a teoria em discussão, a partir da análise de dados transversais que correlacionam as superfícies desflorestadas na Amazônia com os escores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em escala municipal. Segundo os autores, a razão principal para a descontinuidade nas melhorias de condições de vida é a ausência do Estado e/ou a sua incapacidade de prover serviços públicos básicos, entre eles a segurança física, jurídica e fundiária, em uma região conhecida por suas enormes

dimensões geográficas, pela precariedade de infraestrutura, e pelos conflitos resultantes de sua história de exploração dos recursos naturais e humanos. Estas condições contribuem para que disputas por terras e outros recursos sejam resolvidas por meio de violência. Empresas mineradoras, madeireiras, pecuaristas e grileiros fazem valer os seus interesses às custas dos direitos das populações locais. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que, no período 1985-2014, 775 pessoas foram assassinadas na Região Norte por motivos ligados a disputas por terras, madeira e minérios (CPT, 2014).

Apesar de a exploração predatória dos recursos naturais amazônicos representar a tônica central, exposta na introdução do livro, poucas são as considerações teóricas exploradas pelos autores relacionadas a este problema (como, por exemplo, a teoria dos ciclos econômicos de expansão e retração). O conteúdo do livro deixa a desejar em termos de caracterização dos conflitos históricos, assim como das disputas atuais em torno da apropriação dos recursos naturais. A argumentação apresentada na introdução sobre a importância da reação do estado frente à exploração histórica e irracional dos recursos e das populações da Amazônia não encontra respaldo ao longo da narrativa, uma vez que o histórico da região de estudo e das populações ribeirinhas é negligenciado. As relações de cooperação e conflito entre residentes e entre estes e atores externos é descrita apenas superficialmente.

O livro tem problemas também na apresentação e na interpretação dos dados. Faltam informações sobre a metodologia utilizada nas entrevistas, sobre a representatividade das amostras, e sobre a contextualização de perguntas e respostas dos questionários. Dados secundários do IBGE são apresentados com erros, como ocorre na introdução, na qual se subestima em aproximadamente 80% a cobertura florestal para as seguintes escalas: Brasil, Região Norte, Pará e para os municípios da área de estudo: Itaituba, Santarém, Aveiro e Juruti. No capítulo 1 o texto afirma que a população destes municípios corresponde a 32,4% da população do estado do Pará, quando na verdade representava apenas 6,5% em 2000 (ano de referência para a base de dados do IBGE utilizada). Fazem falta listas de gráficos, tabelas e figuras, assim como um sistema de identificação com sub-índices que diferencie estes recursos de informação ao longo do texto. Existem duas definições para o conceito de “entorno dinâmico” no texto, o que confunde o leitor. Tais erros poderiam ter sido evitados se tivesse sido feita uma revisão mais detalhada dos originais.

A organização do diagnóstico é feita em função de três eixos geográficos, denominados de Arapiuns, Mamoru e Itaituba, que perpassam a região de estudo e concentram a maior parte das comunidades estudadas. O diagnóstico é demasiadamente descritivo, com pouco esforço interpretativo. Por exemplo, há dados detalhados sobre a composição familiar e de renda, assim como a alocação de terras para cultivos agrícolas, sem exploração das possíveis relações entre estas variáveis. Frequentemente, a apresentação dos dados referentes às percepções dos moradores poderiam ser complementados por outras fontes de dados como, por exemplo, imagens de satélite que registrem a ocorrência de desmatamentos, queimadas, poluição e uso e ocupação do solo na área de estudo (Tab. 5, p. 85). Aliás, nisso reside outro problema do estudo, que não traça considerações a respeito da sensibilidade de alguns temas abordados durante as entrevistas, como a presença de madeireiros e a ocorrência de queimadas, entre outros, nem sobre o seu efeito sobre a qualidade dos dados obtidos.

Faltam referências bibliográficas, que não são apenas desejáveis, mas fundamentais em vários trechos do livro, como naqueles que tratam da teoria da dependência (Cap. 1). Nos capítulos 2 e 3, os autores mencionam as teorias de sistemas sociais e de comunidades, desta vez com referências, mas sem que se explique ao leitor a razão da escolha destes referenciais para a análise do problema de estudo, nem de como ajudam a entendê-lo. O uso de termos como *Gemeinschaft*, *Gesellschaft* e *interlocks* organizacionais também se dá sem considerar o seu significado, nem de como podem ajudar na interpretação das realidades estudadas. A sessão final do livro volta a mencionar o referencial teórico utilizado nos capítulos iniciais, sem, no entanto, contribuir para um melhor entendimento de sua utilidade analítica, nem tampouco para a proposição de estratégias de governança para a região.

Os mapas apresentados ao longo do livro são de boa qualidade técnica e gráfica. No entanto, o leitor encontra, em todos eles, dificuldade de ler e entender o conteúdo, devido ao tamanho minúsculo das letras? Já os 16 mapas incluídos nos anexos mostram a localização das comunidades e detalhes geográficos de seus entornos, o que pode ser útil para analistas voltados para trabalhos locais. No entanto,

esses mapas mostram supostas áreas de exploração madeireira, não madeireira, de fauna e agrícola, assim como a área total de uso, a partir de traçados retilíneos aparentemente pouco realistas. Não foram discutidos, ao longo do texto, as metodologias usadas para a determinação destas áreas, nem tampouco o significado de seu cálculo para o planejamento territorial local.

Apesar de todos estes problemas, o diagnóstico socioeconômico e ambiental é extremamente rico em informações e pode ser útil para subsidiar políticas públicas orientadas para a inclusão social, a partir do desenvolvimento da economia florestal. Pode-se dizer, então, que o objetivo principal do livro é atendido. Quanto aos objetivos específicos, o livro fica devendo, especialmente no que se refere ao mapeamento e à análise de conflitos e aos potenciais impactos advindos das concessões florestais. Ainda assim, representa importante linha de base para avaliações de impacto que se façam no futuro.

NOTAS

¹A redução nas populações ocorreu ao ponto de levar algumas espécies ao risco de extinção. Em 1992, o pau-rosa, por exemplo, entrou para as listas de espécies ameaçadas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

REFERÊNCIAS

CPT (Comissão Pastoral da Terra), 2014, *Conflitos no Campo – Brasil 2014* [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

Celentano, Danielle, Erin Sills, Marcio Sales, and Adalberto Verissimo (2012), “Welfare outcomes and the advance of the deforestation frontier in the Brazilian Amazon”, *World Development*, Vol. 40, No. 4, pp. 850–864.

Fearnside, Philip (1986) *Human carrying capacity of the Brazilian rainforest*. New York: Columbia University Press.

Martins, J. de S., 1997. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec.

Moran, Emilio (1982) “Ecological, anthropological, and agronomic research in the Amazon basin”, *Latin American Research Review*, (17) 1, pp. 3 – 41.

Rodrigues, Ana, R. Ewers, L. Parry, C. Souza, A. Veríssimo & A. Balmford (2009) “Boom- and-bust development patterns across the Amazon deforestation frontier”, *Science*, (324), pp. 1435 – 1437.

Schneider, Robert, E. Arima, A. Veríssimo, C. Souza, and P. Barreto (2002) *Sustainable Amazon: Limitations and opportunities for rural development*. World Bank technical paper no. 515.